



conferência nacional de economia da saúde

Lisboa de 13 a 15 de Outubro, 2011

Fundação Calouste Gulbenkian

<http://12cnes.apes.pt>

Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica: mercado, nova geração de MNSRM resultantes de switch e canais de distribuição na União Europeia

Inês Teixeira¹, Zilda Mendes¹, Patrícia Ferreira¹, Suzete Costa¹

¹Centro de Estudos e Avaliação em Saúde (CEFAR) - ANF, Lisboa, Portugal

Contact: ines.teixeira@anf.pt

Objectivos (Objectives): Em Portugal, o mercado de medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM) foi liberalizado em 2005, com autorização de venda destes medicamentos fora das farmácias e com o estabelecimento de preços e margens livres. Estes medicamentos não são normalmente comparticipados, salvo em circunstâncias excepcionais justificadas em termos de saúde pública. Este estudo tem como objectivos: 1) analisar a acessibilidade e distribuição do mercado de MNSRM em Portugal; 2) conhecer o contexto internacional da União Europeia (UE) referente aos aspectos sobre locais de distribuição de MNSRM e discutir o perfil da nova geração de MNSRM e implicações em matéria de distribuição.

Metodologia (Methodology): Foi realizado um estudo descritivo, com duas vertentes de análise: 1) análise da acessibilidade aos MNSRM (Farmácias vs Outros Pontos de Venda) e da distribuição das vendas de MNSRM nas Farmácias, com base no Sistema de Informação Health Market Research (hmR), disponível no CEFAR; 2) revisão de documentação e legislação internacional (UE 27) sobre a distribuição dos MNSRM. O tratamento estatístico dos dados mensais foi realizado com o programa SAS (Statistical Analysis System) versão 8.2.

Resultados (Results): Actualmente a distribuição do rácio de Farmácias por 10.000 habitantes por distrito, é muito semelhante à distribuição da população residente. As Farmácias, mesmo após a liberalização, mantêm uma distribuição mais próxima da equidade, mesmo nos distritos do interior, quando comparadas as Curvas de Lorenz entre Farmácias e Outros locais de venda de MNSRM por distrito. No que respeita à dispensa em Farmácias, este mercado representou 6,3% das vendas totais em valor (e 7,4% das vendas de medicamentos) em 2010. Em termos do contexto internacional, dos 27 países da UE analisados, 14 têm autorização exclusiva de dispensa de MNSRM nas Farmácias. Dos restantes 13 que permitem a distribuição fora das Farmácias, apenas 4 o permitem para todos os MNSRM (não têm uma lista restrita de MNSRM com venda exclusiva em Farmácias), incluindo Portugal. O Top 20 de vendas em valor nas Farmácias durante 2010 inclui associações para síndromas gripais, antitússicos e expectorantes, anti-inflamatórios não esteróides (AINEs) e o primeiro MNSRM resultante de switch centralizado (Orlistato) indicado para a terapêutica da obesidade. Após esta primeira aprovação centralizada, outros medicamentos, como o Omeprazol e o Pantoprazol, anteriormente classificados como sujeitos a receita médica, passaram a MNSRM. No caso do Omeprazol, já no início de 2010, a quota de mercado da apresentação não sujeita a receita médica (10 mg), representava já 6% do valor dispensado em medicamentos de marca com DCI Omeprazol, denotando a importância deste fenómeno de switch para MNSRM. A nova geração de MNSRM está a expandir-se para novas áreas reservadas até então aos medicamentos sujeitos a receita médica (MSRM), como situações crónicas associadas a modificação de estilos de vida. Um Estudo da AESGP identificou outras áreas que terão provavelmente MNSRM num futuro próximo – Asma, Contraceção Oral, Depressão, Prevenção da Osteoporose, Enxaquecas, Diabetes, etc).

Conclusões (Conclusions): Com o aumento global do consumo de MNSRM, o crescente empowerment dos cidadãos na decisão de automedicação e conseqüente quadro emergente de uma nova geração de MNSRM que se dirige também a situações crónicas frequentemente associadas à modificação de estilos de vida e, portanto, com um perfil de segurança mais exigente, é importante identificar quais os MNSRM que exigem maior segurança na dispensa e avaliar o papel que as Farmácias podem assegurar nessas situações, à semelhança do que sucede noutros países. Além da dispensa destes MNSRM, as Farmácias poderão dar um importante contributo à Entidade Reguladora na Farmacovigilância intensiva e Estudos de Segurança Pós-Autorização destes novos MNSRM.